

## Poulantzas e o conceito de “burguesia interna”\*

Danilo Enrico Martuscelli\*\*

### Introdução

Os processos de internacionalização do capital e de implementação da política neoliberal que atingiram as mais variadas formações sociais capitalistas, levaram algumas análises a sustentar a ideia de que presenciáramos, na fase atual do capitalismo, a unificação dos interesses da burguesia, em escala mundial. As explicações para esse fenômeno são variadas, podendo remeter: aos aspectos simbólicos, ideológicos e culturais que dariam coesão e unidade aos altos quadros das grandes firmas transnacionais (sociologia dos altos quadros identificados com o modo de vida burguês); ao papel desempenhado pelas grandes corporações transnacionais, semvínculos com nenhuma base nacional, que passariam a controlar a economia mundial, substituindo o lugar anteriormente ocupado pelos Estados nacionais (tese da crise do Estado-nação e da ascensão dos novos Leviatãs, as grandes firmas transnacionais); ou aos processos de financeirização, concentração e centralização de capitais que teriam colocado fim aos fracionamentos de classe (tese da financeirização combinada com a ideia de ultraimperialismo de Kautsky).<sup>1</sup>

Como o presente artigo não se propõe a fazer uma análise da tese da existência de uma burguesia mundial, sintetizamos aqui algumas das críticas que empreendemos em outro momento.<sup>2</sup> Em linhas gerais, entendemos que o limite principal da tese da burguesia mundial encontra-se na tentativa de apresentar alguns aspectos isolados e inorgânicos, presentes no sistema econômico internacional, como se fossem tendências gerais do funcionamento do modo de produção capitalista. Diferentemente de tal perspectiva analítica, sustentamos que, para avançar na análise teórica das classes dominantes no capitalismo, o pesquisador não pode deixar de entrever alguns aspectos estruturais (invariáveis) desse modo de produção, tendo em vista que o capitalismo não comporta, em sua reprodução, uma lógica de repartição igualitária da mais-valia global (aspecto econômico) nem permite a existência de uma política estatal que contemple indistinta ou igualmente os interesses das diferentes classes sociais, em especial, das classes dominantes (aspecto político). Isso significa que a emergência de fracionamentos no interior das classes sociais é fenômeno latente na própria lógica de funcionamento do capitalismo. A manifestação de tais fracionamentos dependerá do modo como as contradições e as lutas se desenvolvem num determinado período histórico e numa dada formação social na qual predomina

---

\* Apresentamos uma versão preliminar desse texto nas Jornadas Poulantzas, ocorridas em Santiago (Chile) em outubro de 2013. Neste artigo, procuramos absorver algumas críticas que recebemos de participantes desse evento. Somos gratos também a Eliel Machado, Leandro Galastri, Lúcio Flávio de Almeida, Renato Nucci Jr. e Tatiana Berringer, que nos enviaram críticas e comentários sobre o conteúdo das versões preliminares deste texto.

\*\* Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)/Campus Chapecó - Blog marxismo21.

<sup>1</sup> Para uma análise das três variantes explicativas da tese da burguesia mundial, ver: Danilo Enrico Martuscelli. “A burguesia mundial em questão”. *Crítica Marxista*, n. 30, 2010.

<sup>2</sup> *Ibid.*

o modo de produção capitalista. O que nos leva a sustentar que, no exame das classes dominantes, é possível obter ganhos teórico-metodológicos, se se lograr observar a combinação de aspectos processuais e estruturais desse modo de produção e de seus efeitos sobre a constituição das classes sociais e a configuração das lutas de classes. Caso não se adote tal perspectiva teórico-metodológica, corre-se o risco de apresentar uma análise que redunde numa visão essencialista das classes, ignorando os elementos presentes na dinâmica da atual fase do capitalismo, ou numa espécie de fetiche da novidade, superestimando certos traços conjunturais sem lograr demonstrar sua correspondência com aspectos de ordem estrutural.

As análises do marxista greco-francês Nicos Poulantzas sobre as classes dominantes no capitalismo, elaboradas entre o final dos anos 1960 e meados dos anos 1970,<sup>3</sup> oferecem-nos indicações teóricas importantes para abordarmos a questão dos fracionamentos existentes no seio das classes dominantes e observarmos a relação entre os aspectos de ordem estrutural e conjuntural na determinação da posição das frações burguesas. Visando apresentar o alcance e os limites dessas análises para a compreensão das classes dominantes no capitalismo contemporâneo, procuraremos discutir como Poulantzas caracterizou o fracionamento das classes dominantes segundo o modo de inserção do capital no sistema econômico capitalista internacional,<sup>4</sup> em especial, o estatuto teórico do conceito de burguesia interna, originalmente formulado pelo autor.

## 1. Burguesia interna: características gerais

O conceito de burguesia interna de Poulantzas –formulado nas suas obras *Les classes sociales dans Le capitalisme aujourd'hui* e *La crise des dictatures*– designa uma fração da burguesia que possui, ou uma relação de dependência (financeira e tecnológica) e contradição em relação ao capital americano, quando o autor toma como ponto de partida o exame da burguesia das metrópoles imperialistas europeias, ou em relação ao capital estrangeiro, quando Poulantzas se refere às burguesias das formações sociais de industrialização dependente, como são os casos das burguesias da Espanha, Grécia e Portugal.<sup>5</sup> Por se definir a partir de um tipo particular de ambivalência em relação ao capital estrangeiro/imperialista, a burguesia interna se distinguiria tanto da burguesia nacional quanto da burguesia compradora. Referimo-nos à ideia de tipo particular de ambivalência, por considerar que este não é um traço específico da posição da burguesia interna, já que pode ser observado também no comportamento da burguesia nacional diante dos capitais

---

<sup>3</sup> Referimo-nos aos seguintes textos: *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*. Paris, François Maspero, 1968; *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Éditions du Seuil, 1974; *La crise des dictatures*: Portugal, Grèce, Espagne. Paris, François Maspero, 1975.

<sup>4</sup> De acordo com Saes, a classe capitalista pode se segmentar no sistema econômico de três modos principais, segundo: a função do capital (capital bancário, capital industrial e capital comercial); a escala de capital (grande, médio e pequeno capital); e o modo de inserção do capital no sistema econômico capitalista internacional (burguesia associada, burguesia nacional e burguesia interna). Ver: Décio Saes. *As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica*. São Paulo, mimeo, s/d

<sup>5</sup> O primeiro caso é analisado em: *Les classes sociales dans Le capitalisme aujourd'hui*, *op. cit.*; já o segundo caso é discutido em: *La crise des dictatures...*, *op. cit.*

forâneos.

A diferença de fundo entre esses dois tipos de ambivalência em relação ao capital estrangeiro/imperialista pode ser detectada no modo como se reproduz o capital em suas principais fases, em escala internacional (a fase em que predomina o comércio de mercadorias e a fase na qual impera a exportação de capitais), e na maneira como as burguesias nacional e interna se relacionam com as classes populares. Por se constituir como uma das frações de classe resultantes do processo de internacionalização do capital (fase da reprodução ampliada do capital), a burguesia interna, comparada com a burguesia nacional, tem muito mais dificuldades de assumir uma posição anti-imperialista e de formar uma aliança com amplos setores das classes populares. Salientamos também que é improvável a emergência de uma burguesia nacional, cujo comportamento esteja marcado pela oposição ao imperialismo dominante, nas formações sociais sobre as quais a interpenetração dos capitais mais avançou.<sup>6</sup> Assim sendo, é possível dizer que a burguesia interna ocupa uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora. Tratemos de discutir esta questão.

### ***1.1 A posição intermediária da burguesia interna***

Historicamente, o conceito de burguesia nacional foi empregado para definir uma fração da burguesia que possui base de acumulação própria, age em defesa da ampliação do mercado interno e tende a aceitar a implementação de políticas de redistribuição de renda e a concretização/ampliação de direitos sociais e trabalhistas com vistas a desenvolver o próprio mercado nacional de massas. Dada a sua adesão à ideologia nacionalista, em circunstâncias históricas excepcionais, essa fração de classe pode participar, juntamente com setores das classes populares, de frentes nacionais ou anti-imperialistas. Além disso, a burguesia nacional tende a abranger segmentos ligados à atividade produtiva, em especial, aqueles que extraem mais-valia sob a forma monetária do lucro industrial; mas, em determinadas conjunturas históricas, outros segmentos econômicos podem vir a se integrar a essa fração de classe.

A expressão burguesia compradora designa uma fração da burguesia que não possui base de acumulação própria e age como uma espécie de correia de transmissão do capital imperialista/estrangeiro na formação social em que está situada. O conceito de burguesia compradora foi cunhado pelos chineses para se referirem à burguesia mercantil (ou comercial) que agia em nome dos interesses do imperialismo japonês na formação social chinesa.<sup>7</sup> Embora Poulantzas procure ampliar a abrangência desse conceito e não faça uso do conceito de burguesia associada ou integrada, preferimos indicar tal denominação, pois o conceito de burguesia compradora está vinculado a uma fase do capitalismo em que predominava o comércio de mercadorias. Em referência à fase da dominância da exportação de capitais e de ampliação dos processos de internacionalização do capital, é preferível utilizar o conceito de burguesia associada ou integrada, pois se

---

<sup>6</sup> Sobre esse ponto ver: Nicos Poulantzas. "On Social Classes". James Martin (org.). *Poulantzas reader: Marxism, law and the State*. London/New York, Verso, 2008, pp. 200-201.

<sup>7</sup> É possível observar a aplicação desse conceito no seguinte artigo: Mao Zedong. "Análise das classes na sociedade chinesa" (março de 1926) In: <http://www.marxists.org/portugues/mao/1926/03/classes.htm>.

trata de uma burguesia que não se restringe à atividade comercial.<sup>8</sup>

De acordo com Poulantzas, a burguesia interna seria uma fração burguesa que ocuparia uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora (associada). Ela possui base própria de acumulação, está interessada na intervenção estatal, especialmente quando essa intervenção lhe garante maior controle sobre determinados ramos econômicos no país, competitividade perante o capital estrangeiro e financia o desenvolvimento econômico voltado para o mercado externo –o qual está mais inclinada a apoiar. Em relação ao mercado interno, defende apenas pequenas elevações do poder de compra e de consumo das massas, o que atesta o caráter socialmente conservador de seu posicionamento político.<sup>9</sup>

### **1.2 A fragilidade político-ideológica da burguesia interna**

Outra característica básica da burguesia interna é a sua fragilidade político-ideológica perante o capital estrangeiro–o que a impede de exercer, no longo prazo, a hegemonia política no bloco no poder. Portanto, na visão de Poulantzas, a burguesia interna está tendencialmente limitada a renegociar a hegemonia exercida pela burguesia compradora (associada) com a qual coexiste no bloco no poder –então, a burguesia interna coexiste de maneira subordinada em relação à burguesia compradora (associada). Além disso, a burguesia interna é atravessada por outras clivagens: entre capital monopolista e capital não monopolista e entre os capitais dos diferentes ramos (bancário, comercial e industrial) –o que pode contribuir para dividi-la internamente e, assim, fragilizá-la politicamente nas disputas com o capital estrangeiro com o qual mantém relação de dependência. O autor destaca também que a burguesia interna está ligada aos setores da atividade produtiva, fortalecendo sua posição favorável ao desenvolvimento industrial, mas é possível que frações da burguesia bancária e comercial venham integrar a burguesia interna numa conjuntura política específica.<sup>10</sup> Por fim, é preciso observar que a burguesia interna pode surgir tanto nas metrópoles imperialistas subordinadas ao capital imperialista hegemônico quanto nas formações sociais de industrialização capitalista dependente.

## **2. Burguesia interna e capital estadunidense ou estrangeiro**

---

<sup>8</sup> O conceito de burguesia associada encontra-se desenvolvido em: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, LTC, 1970; já o conceito de burguesia integrada foi formulado por Ruy Mauro Marini no artigo: “Brazilian ‘interdependence’ and imperialist integration”. *Monthly Review*, vol. 17, n. 7, 1965.

<sup>9</sup> Foi Décio Saes quem destacou o caráter tendencialmente conservador do comportamento político da burguesia interna no artigo: “Modelos político latino-americanos na nova fase da dependência”. Francis Nogueira e Maria Rizzotto (orgs.). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, 2007.

<sup>10</sup> É importante ressaltar um aspecto para o qual Poulantzas não deu a devida atenção: referimo-nos à formação de uma fração de classe que ocorre a partir do entrecruzamento entre o modo de inserção do capital no sistema econômico internacional, a função do capital e a escala do capital. Extraímos essa ideia da análise de: Décio Saes. *As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica*, op. cit.

O primeiro problema a que se reporta o conceito de burguesia interna é justamente o da relação com o “capital americano”.<sup>11</sup> Na obra *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui*, Poulantzas apresenta a burguesia interna como uma fração de classe que possui uma posição ambígua perante o “capital americano”, oscilando entre a dependência e a contradição em relação a esse capital.

Em certa medida, o emprego do conceito de capital estadunidense faz sentido, pois o exemplo histórico a que Poulantzas recorre como referência é o das burguesias europeias dos anos 1970, formadas como resultado do forte processo de internacionalização do capital naquele período. Devido à criação do Plano Marshall, financiado pelos EUA, visando reestruturar a economia dos países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial, o capital que passou a se consolidar na Europa, estruturou-se numa relação de forte dependência ao capital estadunidense. Como observa Poulantzas, as burguesias europeias, no entanto, aos poucos iriam tentar construir uma relativa autonomia em relação a esse capital. Um exemplo disso está presentena própria criação da Comunidade Econômica Europeia, em meados dos anos de 1950, que tinha como objetivo declarado a organização do livre comércio no continente europeu, mas visava, ao mesmo tempo, constituir certa autonomia em relação ao capital estadunidense. O resultado desse processo culminou com o surgimento das burguesias internas na Europa.

É possível, no entanto, entrever limites no uso desse conceito de capital estadunidense. Brunhoff observa que o conceito de “capital americano” é apresentado como uma “força inalterável”, “abstrata” e “estática”. Para essa autora, Poulantzas não logra explicar a hegemonia do “capital americano” de modo dinâmico, a partir das condições de acumulação capitalista nos EUA, ou seja: “O capital americano não pode ser considerado sobre seus efeitos nas economias europeias, fazendo-se abstração de suas transformações dentro dos próprios Estados Unidos”.<sup>12</sup> Tampouco a análise poulantziana consegue determinar a “expressão de classe desse capital”—o que permitiria determinar a natureza dessa hegemonia em determinada conjuntura histórica.<sup>13</sup>

Tais críticas não anulam ou reduzem a originalidade da análise realizada por Poulantzas, mas nos encaminham para duas outras problematizações. Quando se refere às contradições interimperialistas e vale-se do uso dos conceitos de “capital americano” e burguesia interna, Poulantzas parece ignorar a existência de um bloco no poder nos EUA— o que poderia levá-lo a considerar que o capital estadunidense não é um todo monolítico e indivisível, mas é marcado por divisões e hierarquias internas. Tal procedimento analítico poderia ser utilizado para demonstrar que as relações de dependência e contradição das burguesias internas europeias em relação ao capital imperialista hegemônico não se estabelecem com todas as frações do bloco no poder da formação social estadunidense. Ou seja, em acordo com Brunhoff, fica difícil saber, a partir da análise de Poulantzas, qual é a expressão de classe desse capital estadunidense, ou ainda quais segmentos das classes dominantes representam. Em suma, ao não aplicar o conceito de bloco no

---

<sup>11</sup> Aqui é preciso observar que Poulantzas emprega a noção de “capital americano”, mas preferimos utilizar “capital estadunidense”, pois a ideia de americano faz alusão a todo o continente chamado América e não apenas aos Estados Unidos.

<sup>12</sup> Suzanne de Brunhoff. “O campo de ação do Estado capitalista”. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985, p.123.

<sup>13</sup> *Ibid.*

poder para caracterizar o capital estadunidense, a análise de Poulantzas não entrevê as contradições internas existentes nas classes dominantes estadunidenses e as relações hierárquicas existentes entre elas –o que poderia tornar mais complexa a compreensão da relação dos capitais oriundos dos EUA com os das demais formações sociais.

Levando em consideração as transformações recentes do capitalismo nas quais as principais potências imperialistas não só exportam capitais e mercadorias, mas também incorporam capital e mercadorias estrangeiros, caberia questionar a possibilidade de surgimento de frações burguesas com comportamento próximo ao das burguesias internas no seio da própria formação social capitalista hegemônica. Ou seja, a burguesia interna poderia surgir nos próprios EUA, como sugere Wissel,<sup>14</sup> posicionando-se, por exemplo, contrariamente à abertura econômica indiscriminada em alguns setores nos quais teria dificuldade de obter “vantagens comparativas” em relação aos capitais e mercadorias estrangeiros. No entanto, aqui se faz necessário fazer um reparo crítico à análise de Wissel, tendo em vista que não se pode confundir o conceito de burguesia interna com a existência de uma fração de classe que ocupa uma posição subordinada no bloco no poder de uma formação social capitalista hegemônica. Dito de outro modo: é possível identificar, no bloco no poder de um país imperialista hegemônico, a presença de frações de classe cujas atividades estejam mais voltadas para o mercado interno e que se sintam prejudicadas pela presença de capitais forâneos nessa formação social, mas a subordinação de uma fração no bloco no poder não corresponde ao tipo de subordinação de uma fração da burguesia no sistema econômico internacional, como designa o conceito de burguesia interna. Em síntese, observamos a existência de dois tipos de subordinação diferentes, que Wissel ignora para dar sustentação à tese da suposta formação de um bloco no poder transnacional – tese que se inscreve, ainda que com verniz poulantziano, na problemática da burguesia mundial e da crise do Estado-nação.

Quando analisa a emergência do fenômeno das burguesias internas nas formações sociais mais periféricas da Europa, como Portugal, Grécia e Espanha, na obra *La crise des dictatures*, Poulantzas já não usa mais o conceito de capital americano, preferindo empregar o conceito de capital estrangeiro. No entanto, o emprego do conceito de capital estrangeiro, concebido de maneira genérica, pode tornar bastante questionável a aplicação do conceito de burguesia interna na análise do sistema econômico capitalista internacional. Assim sendo, faz-se necessário limitar a referência ao capital estrangeiro aos capitais imperialistas, que influem efetivamente nos processos de internacionalização do capital, e aos capitais que, uma vez introduzidos numa formação social particular, podem vir a exercer controle sobre qualquer ramo econômico ou disputar o domínio de determinado capital nativo sobre alguma atividade econômica específica.

Farias sintetizou as três formas de presença do capital estrangeiro na formação social, previstas por Poulantzas, contra as quais a burguesia interna pode ser mais ou menos resistente: “o capital estrangeiro totalmente externo, mas com interesses internos (ação externa/interna); o capital estrangeiro internalizado (atua como capital local, mas envia dinheiro para a matriz); e o capital associado (nativo e

---

<sup>14</sup> Essa questão foi apontada por Jens Wissel. “The transnationalization of the bourgeoisie and the new networks of power”. Alexander Gallaset *al. Reading Poulantzas*. Wales, The Merlin Press, 2011.

estrangeiro)”.<sup>15</sup> O interessante a observar é que a análise de Poulantzas quando explora essas relações entre burguesia interna e capital hegemônico/capital estrangeiro, abre um leque amplo de possibilidades para se compreenderem as ações políticas dessas frações de classe numa conjuntura particular. Nesse sentido, não se pode saber *a priori* como a burguesia interna se comportará em relação ao capital estrangeiro, pois as formas de presença desse capital numa dada formação social são variadas, restando ao pesquisador o recurso à análise de conjuntura, para chegar a alguma conclusão sobre essa questão. Assim sendo, é possível concluir que somente a análise concreta da situação concreta pode permitir uma visão mais flexível e, portanto, não essencialista acerca da ação política das diferentes frações burguesas, numa dada formação social e numa determinada conjuntura histórica. Tal apontamento nos leva a discorrer sobre os diferentes lugares que a burguesia interna pode ocupar no processo político de uma determinada formação social.

### 3. Os diferentes lugares ocupados pela burguesia interna no processo político

Poulantzas indica a fragilidade político-ideológica como um dos traços característicos da burguesia interna. Para ele, essa fragilidade advém da dependência da burguesia interna em relação aos capitais e tecnologias estrangeiros. Tal relação impediria a burguesia interna de exercer a hegemonia política, no longo prazo, restando-lhe apenas o papel político de renegociar a hegemonia da burguesia associada com a qual coexiste no bloco no poder. Nessa perspectiva, o autor admite a possibilidade de a burguesia interna exercer a hegemonia, no curto e médio prazos, mas não explicita quais seriam as consequências disso para a relação de dependência que a burguesia interna mantém com os capitais e tecnologias forâneos. As dificuldades teóricas presentes nesse tipo de formulação são flagrantes. Para tentar resolvê-las, faz-se necessário considerar a existência de uma situação excepcional caracterizada pela defasagem entre o econômico e o político, configurando-se, assim, um processo no qual a situação de dependência financeira e tecnológica em relação ao capital estrangeiro ou imperialista combina-se com a posição da burguesia interna como fração hegemônica no seio do bloco no poder. Tal situação tende a emergir em conjunturas marcadas pela instauração de uma nova hegemonia política, na qual a burguesia interna passa a gozar da posição de fração hegemônica sem deter preponderância econômica. Ocorre que tal situação só tende a perdurar num contexto de instabilidade hegemônica, podendo, inclusive, desaguar numa nova crise de hegemonia. Ou seja, essa defasagem entre hegemonia política e preponderância econômica inscreve-se no rol de situações excepcionais que caracterizam a lógica interna de funcionamento do capitalismo, advindo daí a dificuldade da burguesia interna quanto a exercer a hegemonia política no longo prazo.

Sob determinadas condições políticas, a burguesia interna pode assumir a condução de frentes políticas com classes e frações de classe dominadas, sem exercer a posição de fração hegemônica, objetivando renegociar a hegemonia da burguesia associada e, com isso, abrir maior espaço para a contemplação de seus interesses

---

<sup>15</sup> Francisco Pereira de Farias. “Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas”. *Crítica Marxista*, n. 28, 2009, p. 89.

materiais no processo de implementação da política estatal.<sup>16</sup> Em tais circunstâncias, ocorre a defasagem entre as posições de fração hegemônica e fração dirigente de frente política, o que significa que a burguesia interna não logra ter seus interesses priorizados pela política estatal nem garantir a aliança entre as classes e frações dominantes no poder, mas consegue emergir no processo político como força social dirigente de uma unidade pluriclassista de interesses que não possui um programa político claramente definido.<sup>17</sup> As crises políticas recentes ocorridas no capitalismo neoliberal brasileiro —<sup>18</sup> as crises do governo Collor (1992) e do “mensalão” (2005)— são exemplos de conjunturas excepcionais nas quais a burguesia interna logrou dirigir frentes políticas com vistas a resistir a políticas de interesse do imperialismo, sem, com isso, chegar a exercer efetivamente a hegemonia no bloco no poder. No limite, poderíamos sustentar que o intento da burguesia interna em dirigir uma frente política com apoio das classes populares pode dar origem a uma situação de instabilidade hegemônica.

A defasagem existente entre hegemonia política e direção de frente política tem relação direta com a distinção existente entre hegemonia política e dominação ideológica. Saes sustenta que a hegemonia política e a dominação ideológica podem ser exercidas por frações de classe distintas.<sup>19</sup> Essa situação pode ser observada, por exemplo, quando a hegemonia política da burguesia associada (especialmente a garantida por setores que obtêm lucro sob a forma de juros) convive com o domínio ideológico da burguesia interna (tendencialmente ligada à atividade produtiva), a qual, como produtora de mercadorias e empregadora de força de trabalho, logra obter com mais facilidade o consentimento das classes populares, em oposição à atividade improdutiva, que socialmente é vista como uma atividade parasitária. Pode ocorrer uma situação em que as burguesias bancária e comercial ajam como burguesia interna, mas nesse caso precisam estar voltadas para auxiliar o desenvolvimento industrial, isto é, devem agir de maneira cooperativa com a burguesia industrial, através, por exemplo, da implementação de medidas que

---

<sup>16</sup> Em artigo já citado, indicamos duas situações específicas em que as possibilidades de a burguesia interna se opor ao capital imperialista ou estrangeiro teriam condições de se ampliar: “a) Por via da exploração, em seu proveito, das contradições interimperialistas, derivadas do agravamento de conflitos político-militares, da emergência de crises econômicas, da dificuldade das burguesias imperialistas para encontrar consenso nas negociações de comércio exterior (de mercadorias e de capitais), entre outros motivos. Isso significa que as contradições interimperialistas abrem brechas para que a burguesia interna [...] possa ampliar o seu poder de barganha nas negociações com o capital imperialista. b) Por via da expansão do capital dessas burguesias internas sobre outras formações sociais. O exemplo mais recente desse processo é a forte influência que as empresas brasileiras passaram a ter sobre a economia dos países sul-americanos, o que tem resultado, até o presente, num crescente processo de internacionalização do capital das burguesias brasileiras.” Danilo Enrico Martuscelli. “A burguesia mundial em questão”, *op. cit.*, p. 47.

<sup>17</sup> Empregamos o conceito de frente política tal qual formulado por Armando Boito Jr. no artigo: “Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder”. Armando Boito Jr. e Andreia Galvão (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.

<sup>18</sup> Danilo Enrico Martuscelli. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Campinas, Tese de doutorado em Ciência Política (Unicamp), 2013.

<sup>19</sup> Décio Saes. “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”. *República do capital*, Boitempo, 2001.



facilitem o crédito para a concretização das atividades produtivas. Nessas condições, haveria um reforço do domínio ideológico da burguesia interna. Tal reforço poderia abrir espaço para a emergência de processos de instabilidade política e permitir novas rodadas de renegociação do conteúdo da política estatal com a burguesia associada.

Ainda no que se refere à questão das defasagens, poderíamos considerar a possibilidade de a burguesia interna ocupar a posição de classe reinante, sem, com isso, se tornar fração hegemônica. Em uma das passagens de *Pouvoir politique et classes sociales*, Poulantzas sustenta que a fração hegemônica não precisa se fazer presente na cena política para exercer a hegemonia no bloco no poder. É justamente em situações como esta que pode se configurar um quadro de defasagem em que uma fração ocupa a posição de fração hegemônica (por ex., a burguesia associada) enquanto outra a posição de classe reinante (p. ex. a burguesia interna). Em determinadas conjunturas, um determinado partido ou uma dada coalizão partidária que representa os interesses da burguesia interna, pode exercer forte influência sobre postos-chave em governos nacionais e subnacionais e em seus respectivos parlamentos, sem que a burguesia interna logre obter predomínio sobre o conteúdo da política estatal. Ou seja, uma fração de classe, como a burguesia interna, pode ser jogada para a boca da cena (no terreno dos partidos), masser lançada, ao mesmo tempo, à coxia (no bloco no poder).

As discussões sobre direção de frente política nos remetem ao tratamento dado por Poulantzas à relação entre burguesia interna e classes dominadas – tema pouco explorado pelo autor. Em linhas gerais, Poulantzas observa que a burguesia interna é favorável a pequenas elevações salariais e à ampliação comedida do consumo das massas. No caso das formações sociais dependentes, deve-se acrescentar que, por serem constituídas por uma base econômica frágil e limitada, as concessões materiais podem ser ainda mais restritas. A conjuntura atual dos países dependentes, como o Brasil, ajuda-nos a refletir sobre esse aspecto, já que a expansão de políticas compensatórias também chamadas de “transferência de renda” não tem sido acompanhada da ampliação de direitos sociais e trabalhistas, concebidos pela burguesia, em seu conjunto, como encargos sociais que criariam óbices à competitividade das empresas. Nesse sentido, é possível dizer que a burguesia interna tende a se posicionar de maneira conservadora em relação aos interesses das classes trabalhadoras. Embora em comparação à burguesia compradora (associada), a burguesia interna possa se apresentar como progressista por abrir espaço para concessões limitadas e pontuais às classes trabalhadoras, em termos gerais, não adota uma política efetivamente progressista diante de tais interesses. No geral, as situações em que a burguesia interna logra incrementar sua produção, permite-lhe ampliar dentro de certos limites o emprego e a renda dos trabalhadores assalariados, mas são tendencialmente marcadas por políticas estatais de incentivo à produção e de proteção dos interesses dessa burguesia em relação à concorrência externa de mercadorias e de capitais. Isso quer dizer que a constituição de frentes políticas da burguesia interna com setores das classes trabalhadoras funda-se em pequenas concessões materiais e é geralmente mediada por iniciativas da burocracia estatal de incentivos e financiamentos aos setores econômicos que integram a burguesia interna. Agindo por si só, sem o apoio das classes populares ou da burocracia estatal, a burguesia interna tem muita dificuldade de obstruir a implementação de políticas que sacrificam seus interesses particulares e, ao mesmo tempo, dão sustentação aos interesses do imperialismo hegemônico.

#### **4. As possibilidades de conversão da burguesia interna em outras frações de classe**

A burguesia interna pode vir a se converter em burguesia associada ou burguesia nacional em conjunturas excepcionais. Tal questão não pode ser subestimada. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que o conceito de burguesia interna se situa num processo de constituição de agregados sociais que têm como referência principal, mas não exclusiva, o modo de inserção do capital no sistema econômico capitalista internacional. Nesse sentido, sob pressão da ofensiva imperialista, uma determinada fração burguesa que apresentava comportamento típico de burguesia interna pode vir a se transformar em burguesia associada, agindo como mera correia de transmissão dos interesses de classe forâneos e imperialistas. Tal situação pode se firmar em conjunturas de consolidação de uma ordem imperialista tendencialmente unipolar na qual o espaço reservado à contradição com os interesses imperialistas é diminuto ou inexistente. Trata-se de conjuntura em que a burguesia interna tem muita dificuldade de se erguer à condição de força social e em que há relativa estabilidade política no sistema imperialista internacional.

Em outras circunstâncias, a burguesia interna poderia se converter em burguesia nacional, situação que dependeria de determinada formação social passar por intenso processo de estatização da economia, de modo que a burocracia estatal, convertida em burguesia de Estado, passasse a controlar os principais ramos econômicos, a procurar construir um desenvolvimento voltado para o mercado interno e a contradizer de maneira mais incisiva os interesses dos capitais estrangeiros. Diante do forte processo de internacionalização do capital ocorrido nos últimos anos e da forte integração do grande capital ao sistema econômico internacional, é de esperar que a possibilidade de que a grande burguesia interna se converta em burguesia nacional seja reduzida ou nula. Acresce-se a isso o fato de os interesses da grande burguesia interna estarem ligados tendencialmente à defesa de um tipo de desenvolvimento voltado para o mercado externo, tornando ainda mais difícil esse processo de conversão. Isso não nos leva a concluir que segmentos da pequena e da média burguesia interna não possam se converter em burguesia nacional, pois são justamente essas camadas que estão mais sujeitas a sustentar um tipo de desenvolvimento voltado para o mercado interno, já que não conseguem (ou têm muita dificuldade de fazê-lo) concorrer nem com os interesses imperialistas, nem com os interesses da grande burguesia interna no mercado externo.

Em segundo lugar, é preciso salientar que a caracterização das classes dominantes no capitalismo não pode deixar de levar em consideração as diferentes fases de organização do capitalismo. Nesse caso, se adotarmos, como critério econômico, as diferenças entre capitalismo competitivo e capitalismo monopolista, e, como critério político, as diferenças entre Estado interventor e Estado liberal, seremos levados a observar que as condições mais propícias para a burguesia interna se posicionar enquanto força social, ou mesmo a se manifestar como fenômeno social, são justamente aquelas em que se estabelece o capitalismo monopolista, isto é, em que a exportação de capitais toma o lugar ocupado pelo comércio de mercadorias no sistema econômico mundial, e em que o Estado liberal cede lugar ao Estado interventor, tendo em vista que, sem o apoio da burocracia

estatal, a burguesia interna tem muita dificuldade de contradizer, por força própria, os interesses do capital estrangeiro.

### Considerações finais

Longe de pretender esgotar as questões relacionadas ao emprego do conceito de burguesia interna, procuramos pontuar algumas problematizações que ainda necessitarão ser testadas pela pesquisa empírica. No entanto, consideramos que esse conceito traz ganhos significativos para a análise do modo de inserção de segmentos da burguesia no sistema econômico capitalista internacional, e sua aplicação se confronta tanto com as análises que descartam o conceito de classes sociais no exame dos processos políticos contemporâneos quanto com aquelas que se satisfazem com simplificações oriundas de uma visão essencialista acerca das classes sociais.

### Bibliografia

- Boito Jr., Armando. "Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder". Armando Boito Jr. e Andreia Galvão (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- Brunhoff, Suzanne de. "O campo de ação do Estado capitalista". *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.
- Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, LTC, 1970.
- Farias, Francisco Pereira de. "Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas". *Crítica Marxista*, n. 28, 2009.
- Mao Zedong. "Análise das classes na sociedade chinesa" (março de 1926) In: <http://www.marxists.org/portugues/mao/1926/03/classes.htm>.
- Marini, Ruy Mauro Marini. "Brazilian 'interdependence' and imperialist integration". *Monthly Review*, vol. 17, n. 7, 1965.
- Martuscelli, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Campinas, Tese de doutorado em Ciência Política (Unicamp), 2013.
- Martuscelli, Danilo Enrico. "A burguesia mundial em questão". *Crítica Marxista*, n. 30, 2010.
- Poulantzas, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*. Paris, François Maspero, 1968.
- Poulantzas, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Éditions du Seuil, 1974.
- Poulantzas, Nicos. *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Paris, François Maspero, 1975.
- Poulantzas, Nicos. "On Social Classes". James Martin (org.). *Poulantzas reader: Marxism, law and the State*. London/New York, Verso, 2008.
- Saes, Décio. *As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica*. São Paulo, mimeo, s/d
- Saes, Décio. "Modelos político latino-americanos na nova fase da dependência". Francis Nogueira e Maria Rizzotto (orgs.). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, 2007.

Saes, Décio. "Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80". *República do capital*, Boitempo, 2001.

Wissel, Jens. "The transnationalization of the bourgeoisie and the new networks of power". Alexander Gallas *et al. Reading Poulantzas*. Wales, The Merlin Press, 2011.